



TESOURO NACIONAL

2022

Maio

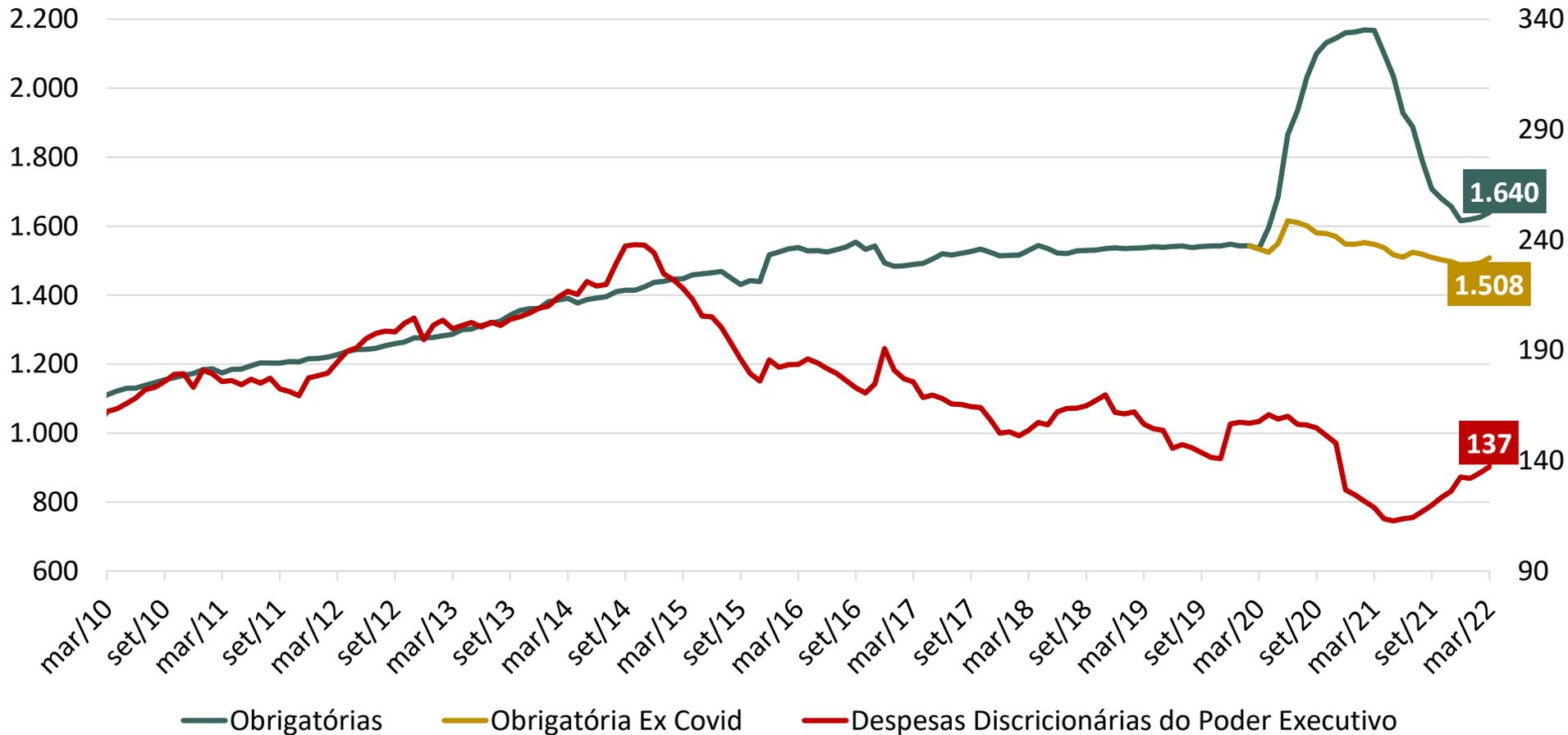
Desafios fiscais e agenda de reformas

Paulo Valle

Secretário do Tesouro Nacional

Desafios estruturais - Rigidez do Gasto

Despesas do Governo Central (Acumulado 12 meses - preços de mar/2022, R\$ bilhões)



Projeção para 2022
(LOA 2022)

92,4% das despesas →
Obrigatórias

7,6% das despesas →
Discricionárias

Nota: As despesas de combate ao COVID-19 serão classificadas majoritariamente como obrigatórias, pois as despesas executadas via crédito extraordinário, mesmo que discricionárias, ganham status de obrigatória, dado seu caráter emergencial.

Fonte: STN.

Necessidade de Financiamento do Governo Central (NFGC)

Discriminação	Avaliação 1º Bimestre (a)		Avaliação 2º Bimestre (b)		Diferença (c) = (b) - (a)		
	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	
1. Receita Primária Total	2.118,0	22,0	2.167,1	22,3	49,1	0,4	+ 136,6 bi (vs. LOA)
2. Transferências por Repartição de Receita	431,9	4,5	444,7	4,6	12,8	0,1	+ 58,3 bi (vs. LOA)
3. Receita Líquida de Transferências (1) - (2)	1.686,1	17,5	1.722,4	17,7	36,3	0,3	
4. Despesas Primárias	1.753,0	18,2	1.787,9	18,4	34.916,1	0,2	
Obrigatória	1.621,7	16,8	1.632,7	16,8	11,0	0,0	
Discricionárias do Poder Executivo	131,3	1,4	155,2	1,6	23,9	0,2	
5. Resultado Primário do Governo Central (3) - (4)	-66,9	-0,7	-65,5	-0,7	1,4	0,0	
6. Meta Fiscal (AMF, LDO-2021)	-170,5	-1,8	-170,5	-1,8	0,0	0,0	
7. EC 109/21 e LEI Nº 14.143/2021 (prorrogação LDO 2022)	0,0	0,0	6,7	0,1	6,7	0,1	
8. Meta Fiscal Ajustada (6) - (7)	-170,5	-1,8	-177,2	-1,8	-6,7	-0,1	
9. Esforço (-) ou Folga (+) (5) - (8)	103,6	1,1	111,7	1,2	8,1	0,1	

Fonte: SOF/SETO/ME.

Receitas Primárias – Visão Geral

Discriminação	Avaliação 1º Bimestre (a)		Avaliação 2º Bimestre (b)		Diferença (c) = (b) - (a)	
	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	R\$ bilhões	% PIB	
RECEITAS	2.118,0	22,0	2.167,1	49,1	0,4	
Receita Adm pela RFB/ME, exceto RGPS e líq de inc fiscais	1.285,6	13,3	1.332,1	46,5	0,4	
Arrecadação Líquida para o RGPS	527,3	5,5	531,5	4,2	0,0	
Receitas não Adm pela RFB/ME	305,1	3,2	303,5	-1,6	0,0	
Exploração de Recursos Naturais	134,5	1,4	129,0	-5,5	-0,1	
Cont. Plano de Seg. do Servidor	17,3	0,2	17,3	0,1	0,0	
Receitas Próprias e de Convênios	18,1	0,2	17,7	-0,4	0,0	
Contribuição do Salário-Educação	27,5	0,3	27,6	0,1	0,0	
Concessões e Permissões	16,3	0,2	17,8	1,4	0,0	
Dividendos e Participações	39,2	0,4	36,0	-3,2	0,0	
Demais Receitas	52,2	0,5	58,1	5,9	0,1	

Fonte: SOF/SETO/ME.

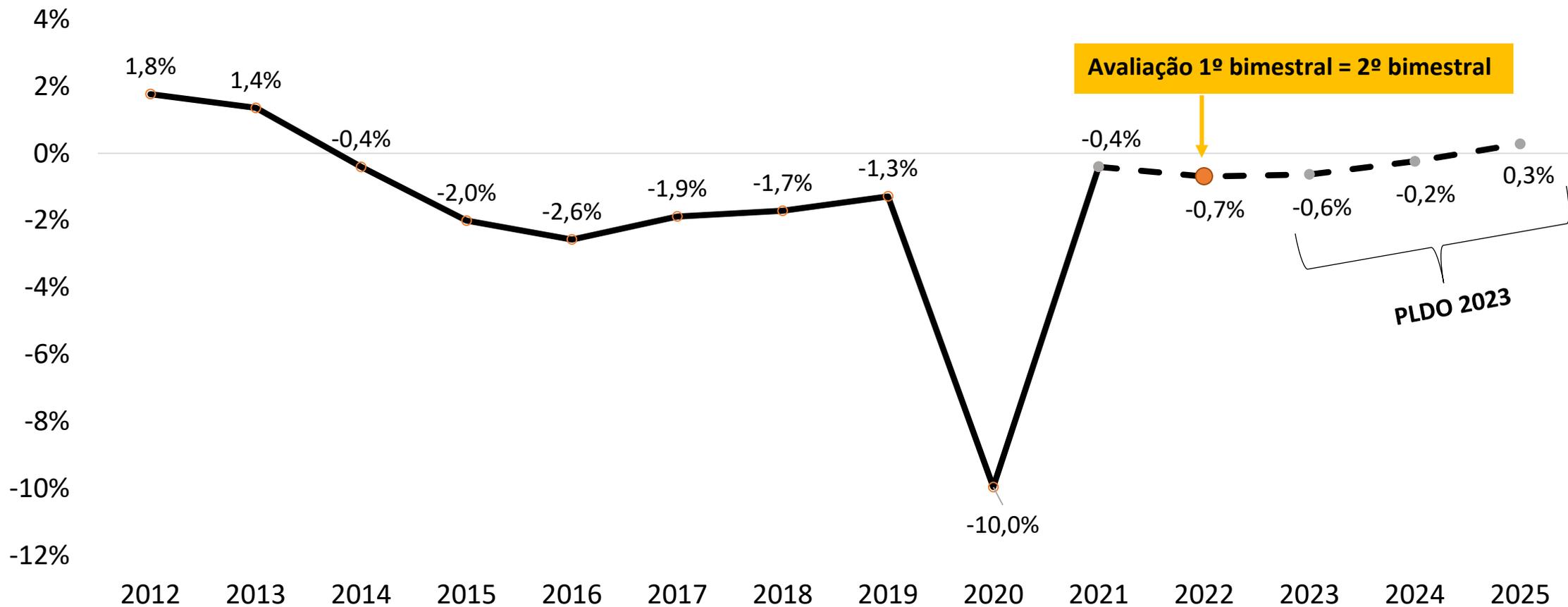
Despesas

Discriminação	Avaliação 1º Bimestre (a)	Avaliação 2º Bimestre (b)	Diferença (c) = (b) - (a)	
	R\$ bilhões	R\$ bilhões	R\$ bilhões	% PIB
DESPEASAS	1.753,0	1.787,9	34,9	0,0
Despesas Obrigatórias	1.621,7	1.632,7	11,0	0,0
Benefícios Previdenciários	778,1	788,7	10,6	0,0
Pessoal e Encargos Sociais	338,6	341,3	2,8	0,0
Abono e Seguro Desemprego	64,4	65,4	1,0	0,0
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS / RMV	76,0	77,0	0,9	0,0
Créditos Extraordinários	23,8	23,8	0,0	0,0
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	3,2	3,1	-0,2	0,0
Complementação ao FUNDEB	32,5	33,7	1,2	0,0
Subsídios, Subvenções e Proagro	18,5	23,0	4,6	0,0
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	29,4	19,5	-9,9	0,0
Impacto Primário do FIES	1,0	0,9	-0,1	0,0
Obrigatórias com Controle de Fluxo	223,1	223,2	0,1	0,0
Demais Obrigatórias	33,1	33,1	0,0	0,0
Despesas Discricionárias do Poder Executivo	131,3	155,2	23,9	0,0

Despesas (ajuste sentenças)

Discriminação	Avaliação 1º Bimestre (a)		Avaliação 2º Bimestre (b)		Diferença (c) = (b) - (a)	
	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB
DESPEASAS	1.753,0	18,2	1.787,9	18,4	34,9	0,2
Despesas Obrigatórias	1.621,7	16,8	1.632,7	16,8	11,0	0,0
Benefícios Previdenciários	778,1	8,1	777,7	8,1	-0,3	0,1
Pessoal e Encargos Sociais	338,6	3,5	338,2	3,5	-0,4	0,0
Abono e Seguro Desemprego	64,4	0,7	65,5	0,7	1,2	0,0
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS / RMV	76,0	0,8	76,2	0,8	0,2	0,0
Créditos Extraordinários	23,8	0,2	23,8	0,2	0,0	0,0
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	3,2	0,0	3,1	0,0	-0,2	0,0
Complementação ao FUNDEB	32,5	0,3	33,7	0,3	1,2	0,0
Subsídios, Subvenções e Proagro	18,5	0,2	23,0	0,2	4,6	0,0
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	29,4	0,3	34,2	0,2	4,8	-0,1
Impacto Primário do FIES	1,0	0,0	0,9	0,0	-0,1	0,0
Obrigatórias com Controle de Fluxo	223,1	2,3	223,2	2,3	0,1	0,0
Demais Obrigatórias	33,1	0,3	33,1	0,3	0,0	0,0
Despesas Discricionárias do Poder Executivo	131,3	1,4	155,2	1,6	23,9	0,2

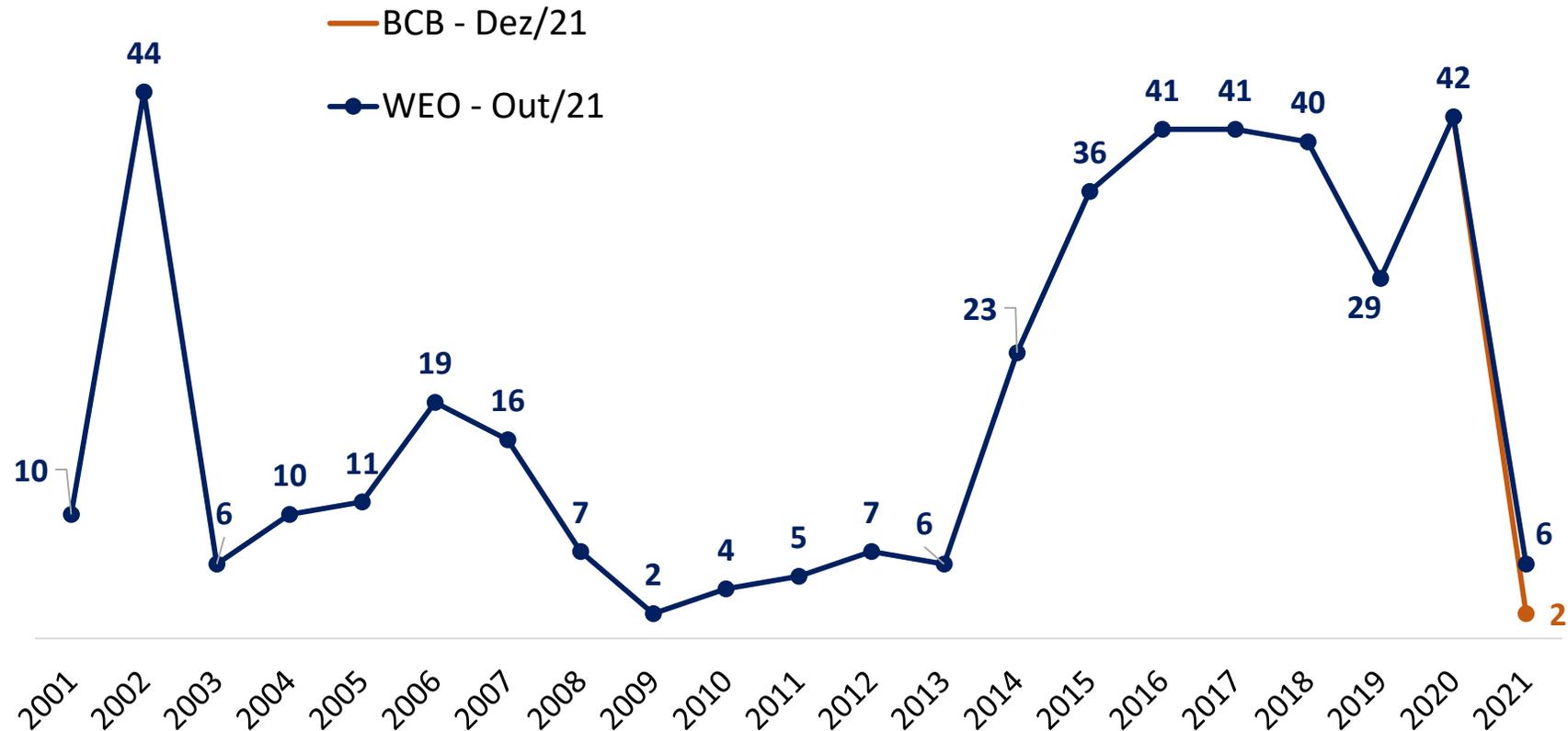
Evolução do Resultado Primário do Governo Central (% PIB)



Fonte: STN, 1º e 2º Relatórios Bimestrais de 2022 (mar e mai) e PLDO 2023.

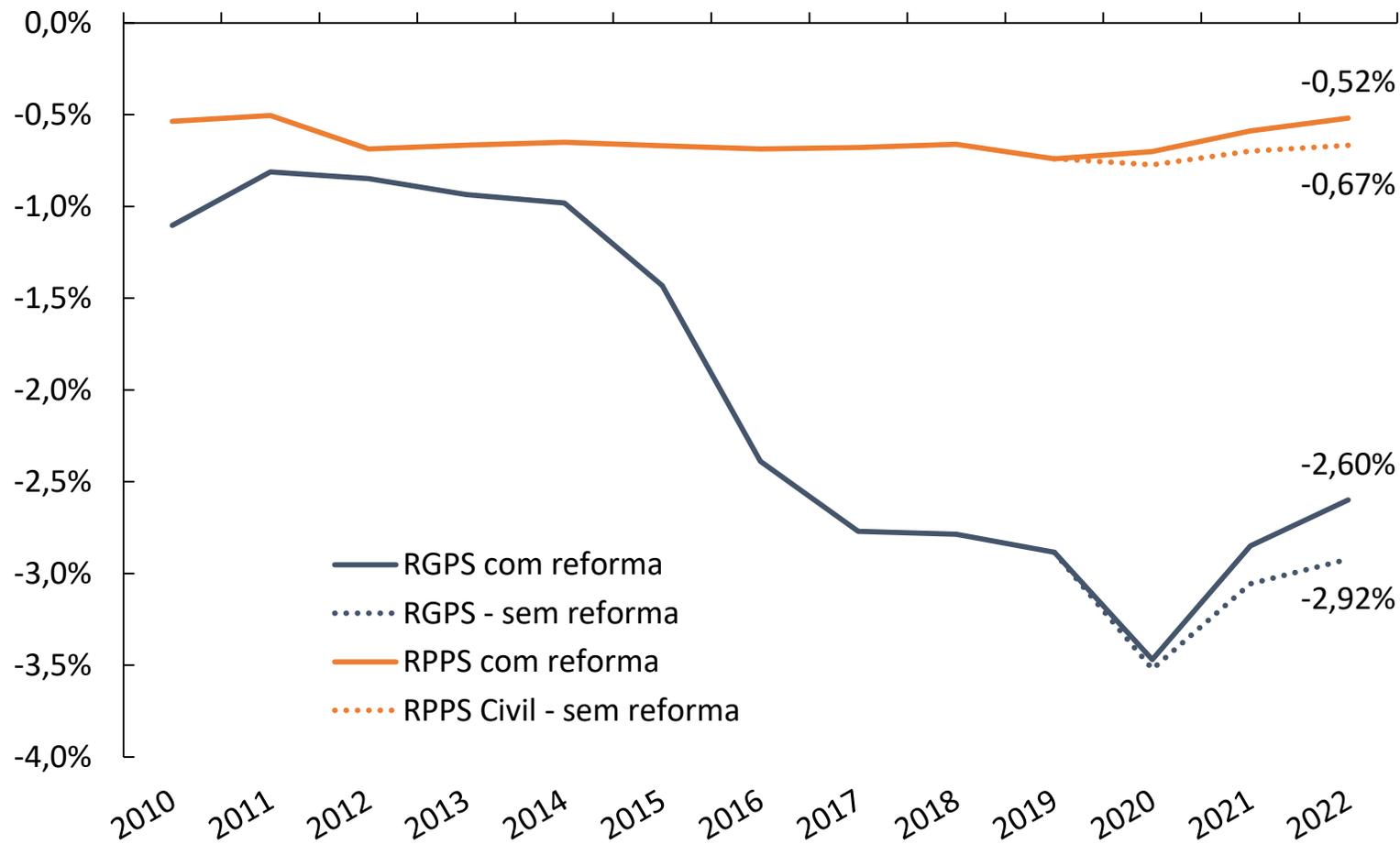
Melhora na posição do Brasil – Resultado Fiscal

Resultado Primário (% PIB) – Posição do Brasil em relação aos 50 maiores PIBs mundiais



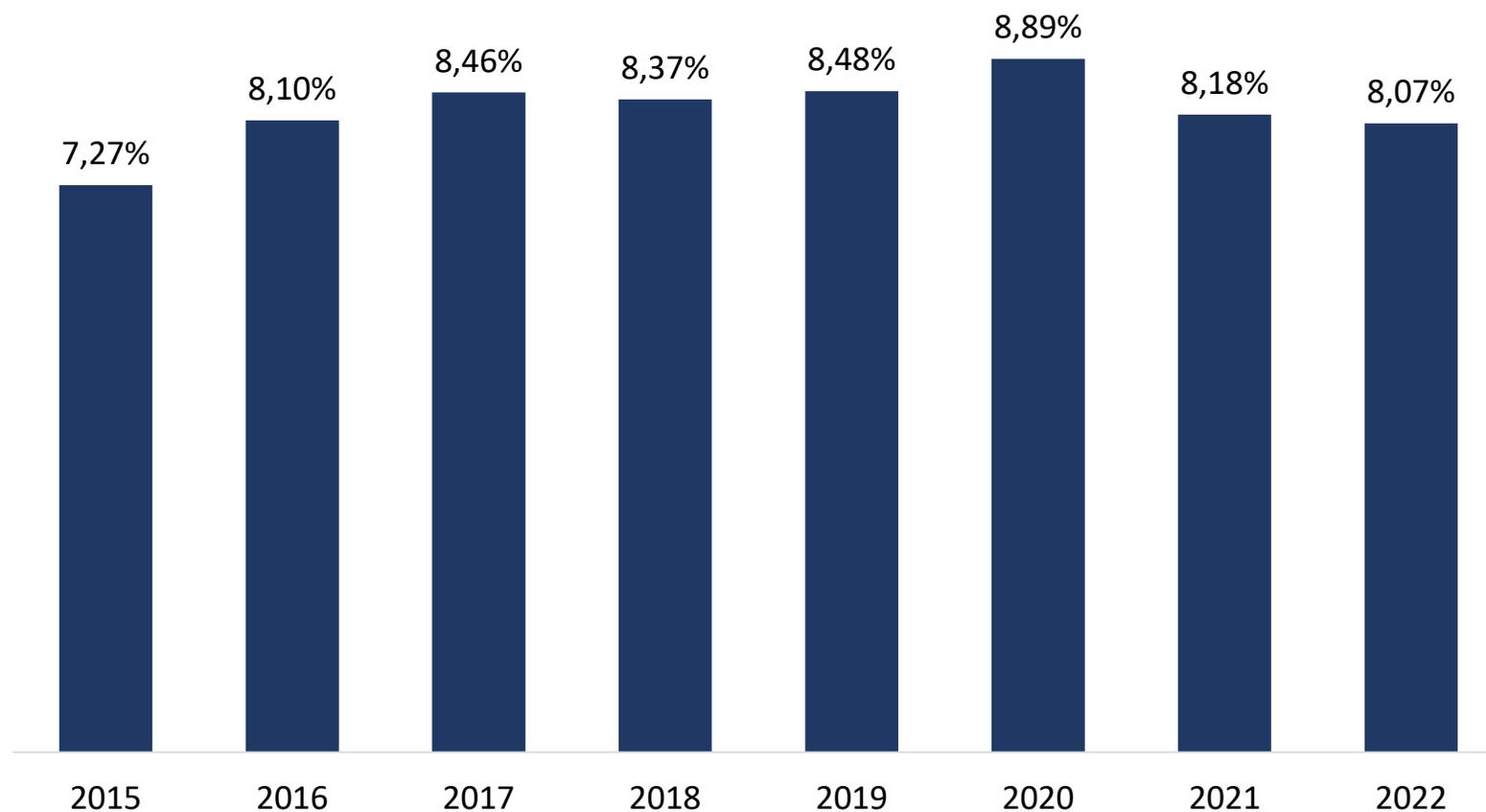
De acordo com o World Economic Outlook (WEO-FMI) de out/21, das 50 maiores economias do mundo, o Brasil é o 6º país com menor déficit primário

Resultado da Previdência – RPPS e RGPS (% PIB)



O déficit do RPPS dos servidores federais civis vem se reduzindo em proporção do PIB após a reforma, que tem garantido a estabilidade do déficit do RGPS

Benefícios Previdenciários – RGPS (% PIB)

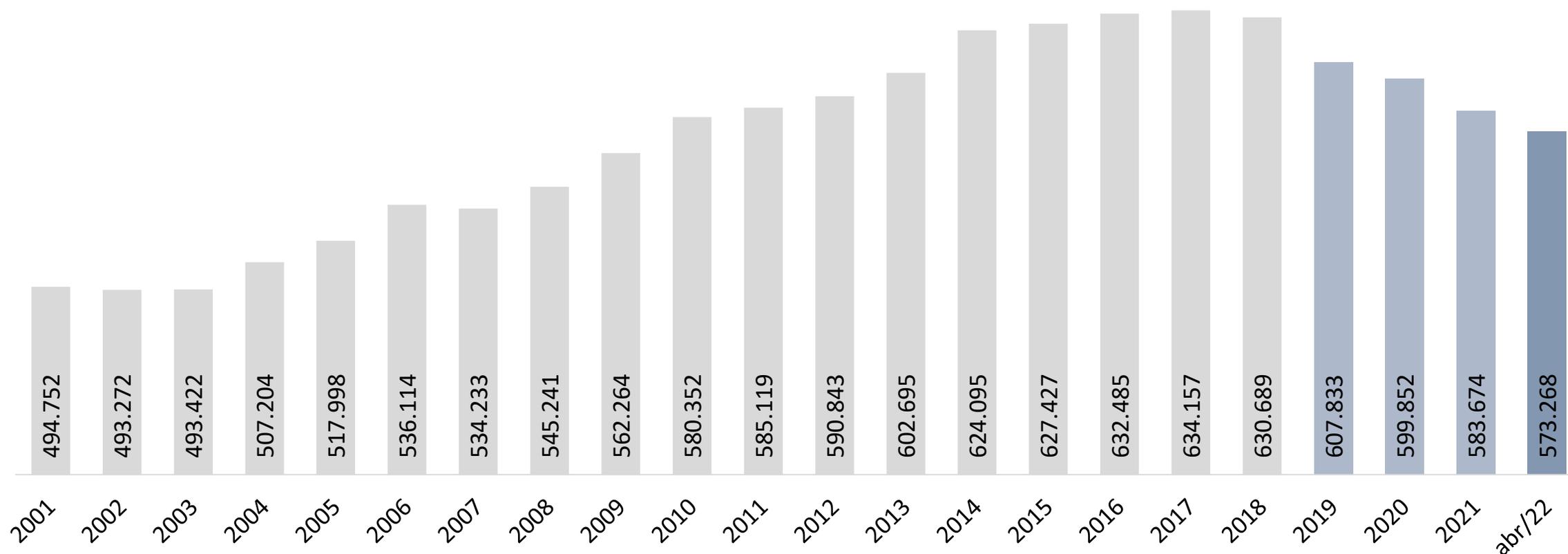


Reforma contribuiu para a redução do ritmo de expansão da despesa com benefícios previdenciários

Fonte: STN.

2022: Decreto nº 11.019/2022 – mar/22.

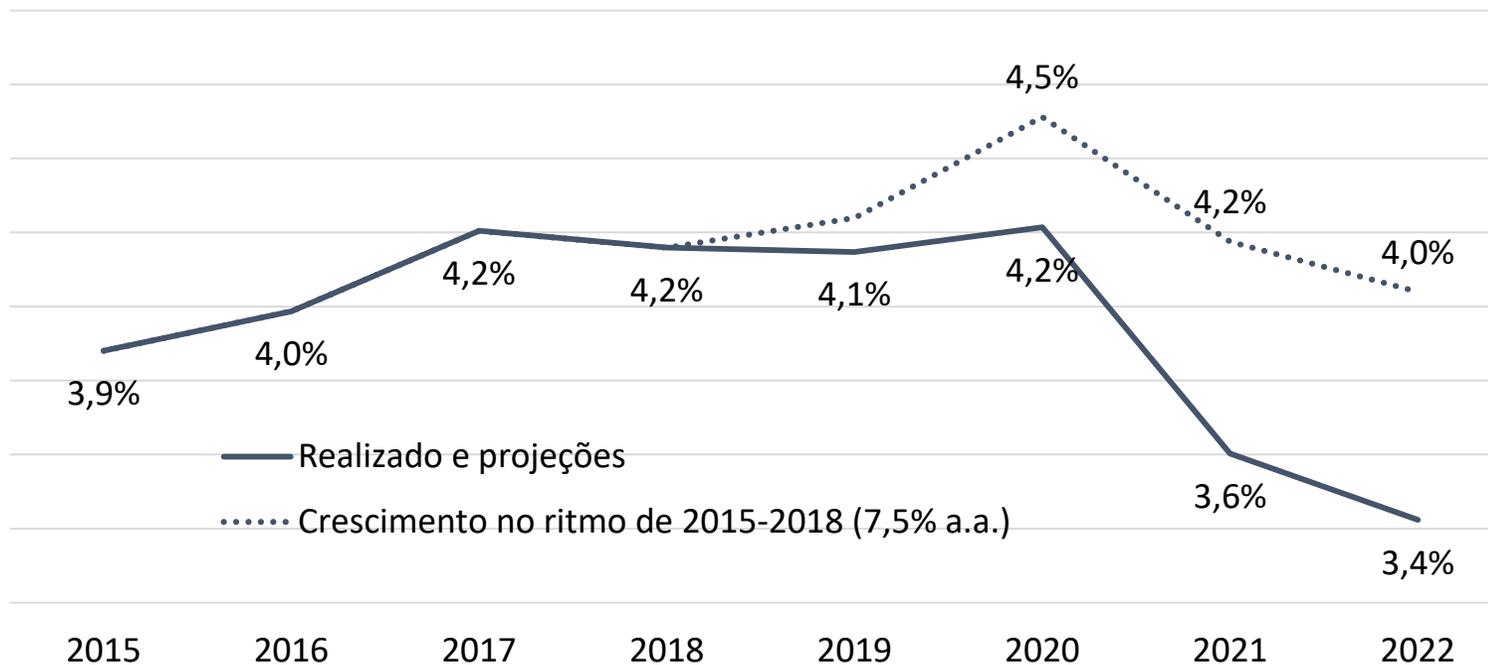
Despesas de Pessoal – Número de servidores ativos no Poder Executivo Civil*



Fonte: Painel Estatístico de Pessoal – Elaboração STN/ME.

* Não inclui servidores do Banco Central e das carreiras de inteligência da ABIN.

Despesas de Pessoal – Ativo e Inativo (% PIB)



Redução da despesa de pessoal com ativos e inativos decorre do esforço de otimização da máquina pública

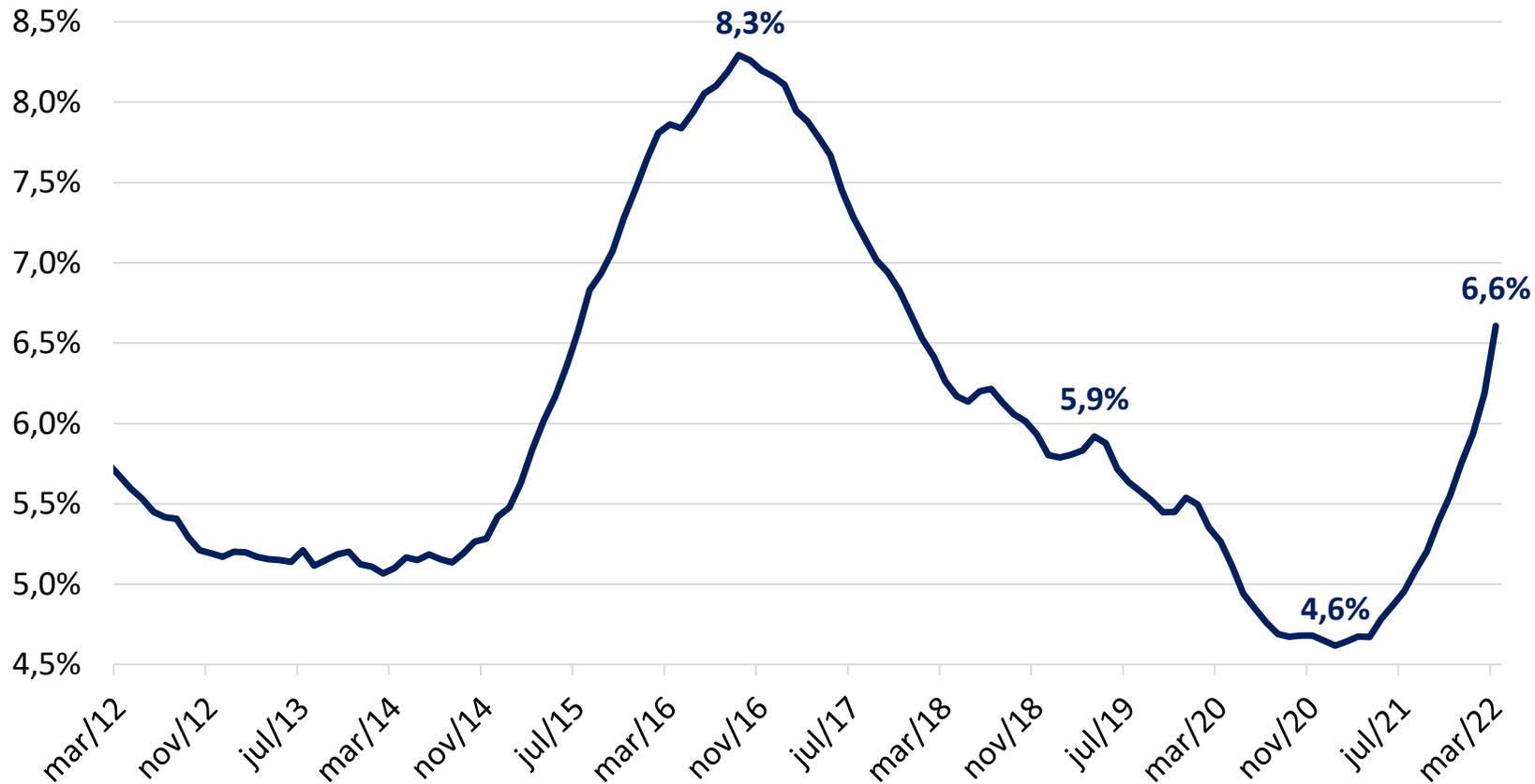
Lei Complementar nº 173/2020:

- Vedação de aumentos salariais dos servidores por 2 anos
- Proibição de concessão de reajustes salariais com parcelas a serem pagas após o fim do mandato

Fonte: Realizado – STN.

2022: Decreto nº 11.019/2022 – mar/22.

Juros nominais da DBGG - acumulado em 12 meses (%PIB)

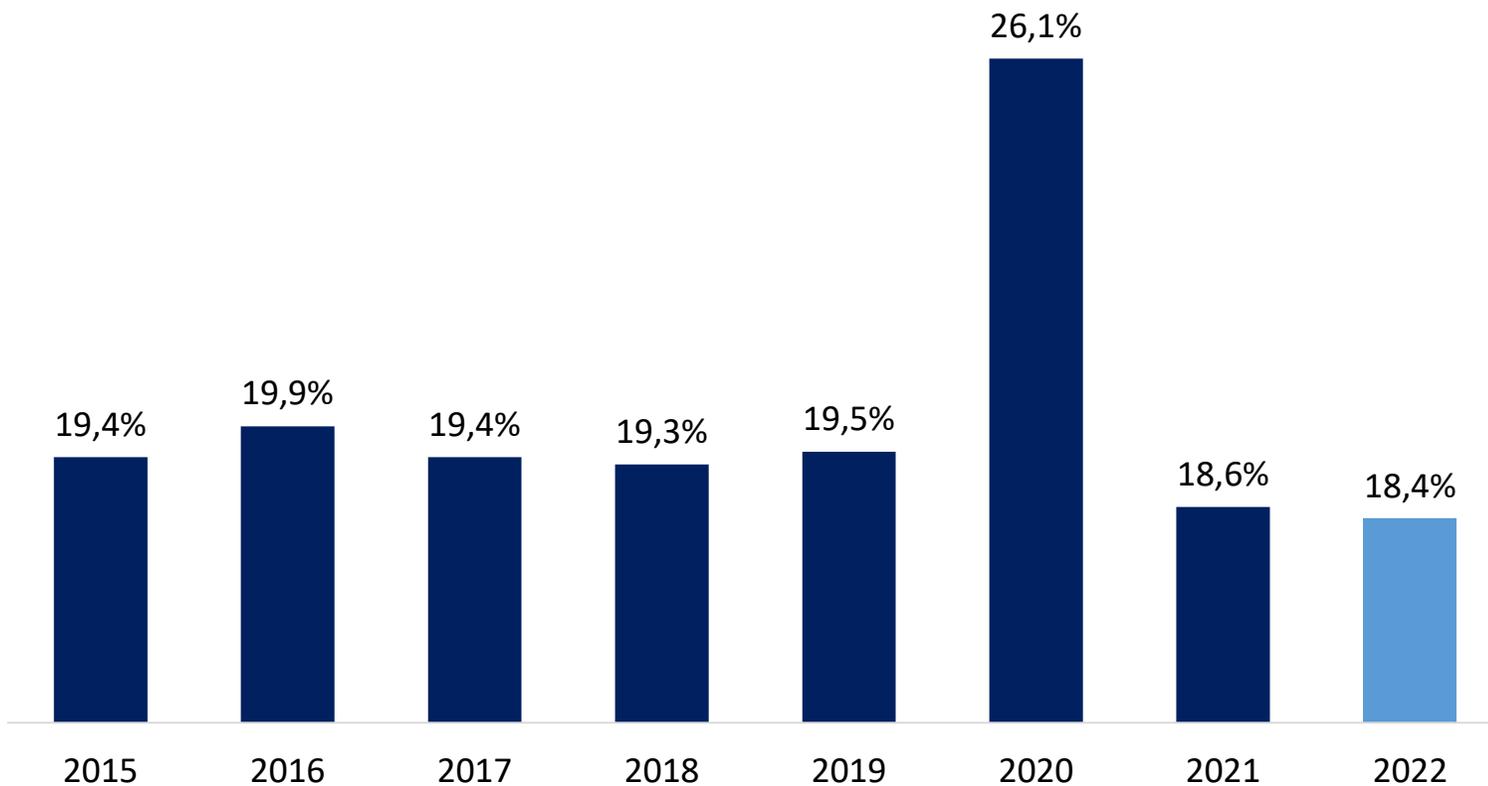


Apesar do processo de aperto monetário em curso, alguns fatores devem levar a juros menores ao longo do tempo:

- Aprovação da autonomia do BC
- Menor participação do crédito direcionado
- Redução da dívida bruta do governo geral no médio-prazo

Fonte: BCB.

Evolução da Despesa Primária do Governo Central (% PIB)

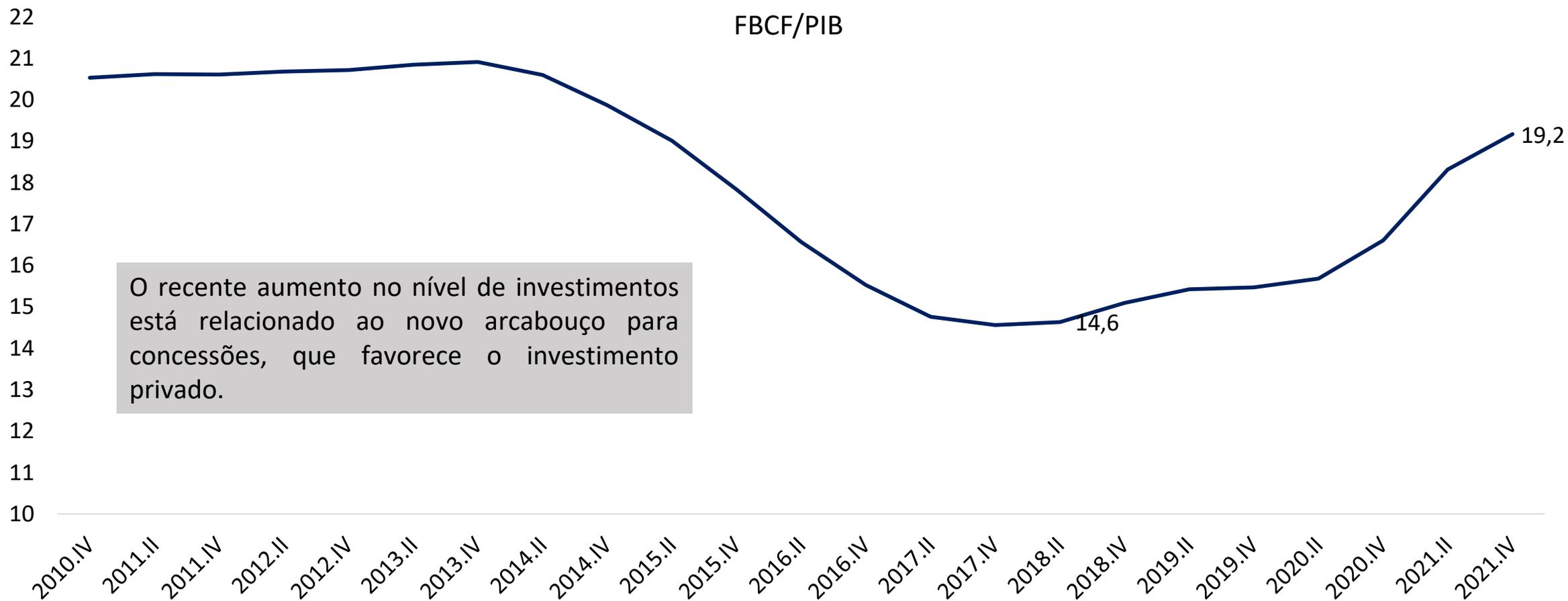


Primeira vez que o Governo Central entrega um percentual de despesa primária inferior ao patamar de início de mandato.

Fonte: STN/SOF – 2º Relatório Bimestral (mai/22).

Crescimento Econômico – Retomada do investimento e poupança

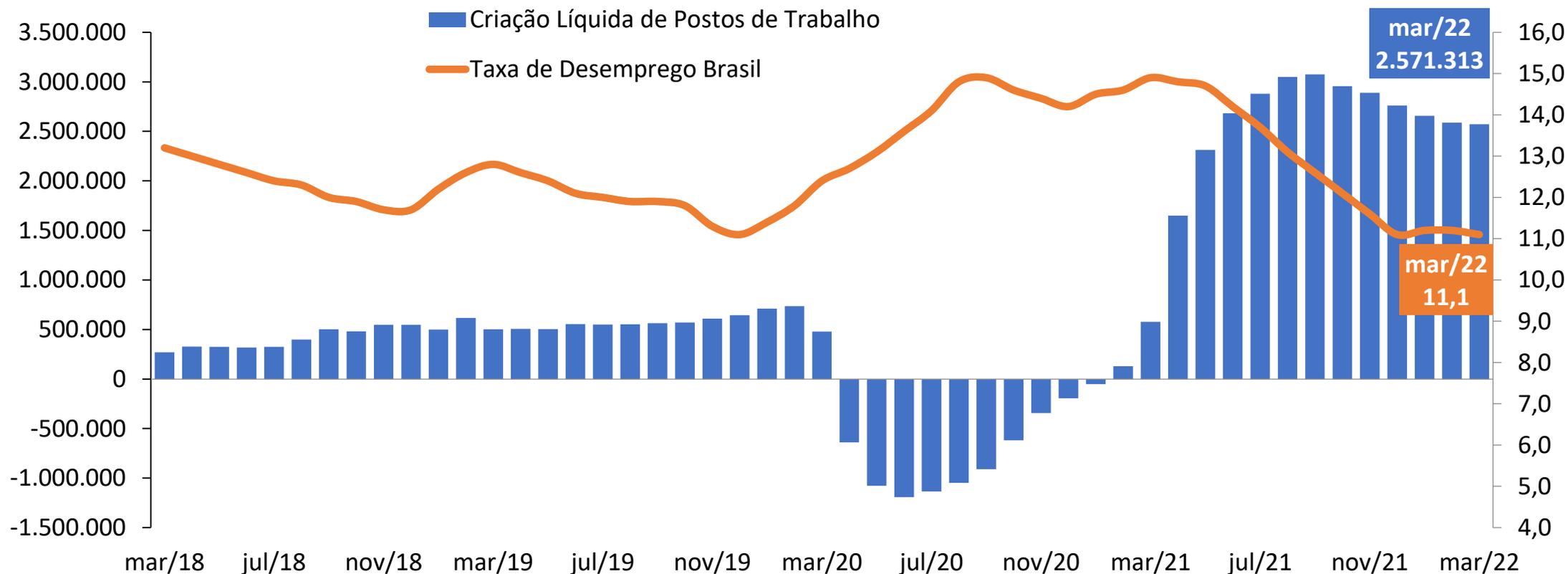
Investimento (Formação Bruta de Capital Fixo) – em % do PIB ac. 4 trim.



Crescimento Econômico – Mercado de Trabalho

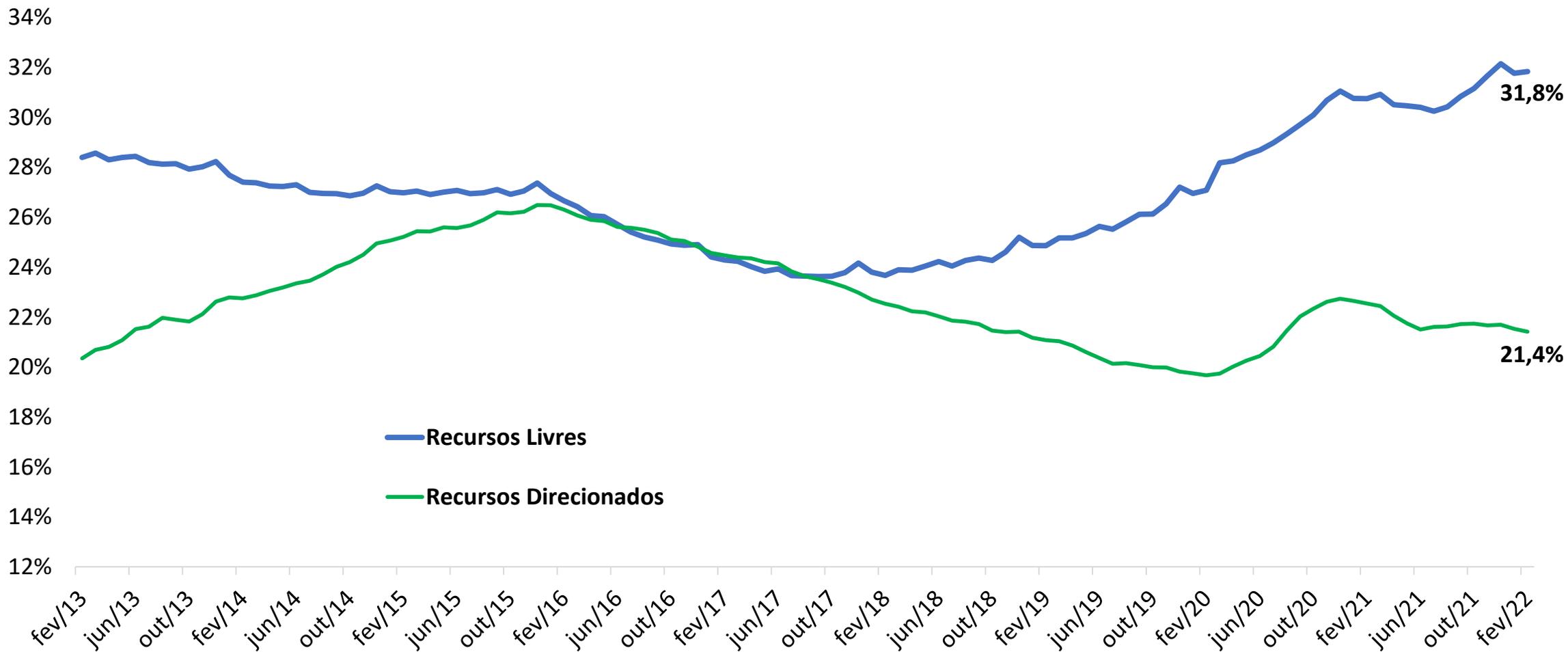
Criação Líquida de Postos Formais de Trabalho
Acum. em 12 meses (em postos de trabalho)

Taxa de Desemprego Brasil
% da População Economicamente Ativa (PEA)



Fonte: IBGE - PNAD Contínua; e ME - CAGED (dados ajustados).

Crescimento Econômico – Créditos do SFN: Recursos Livres e Direcionados (% do PIB)

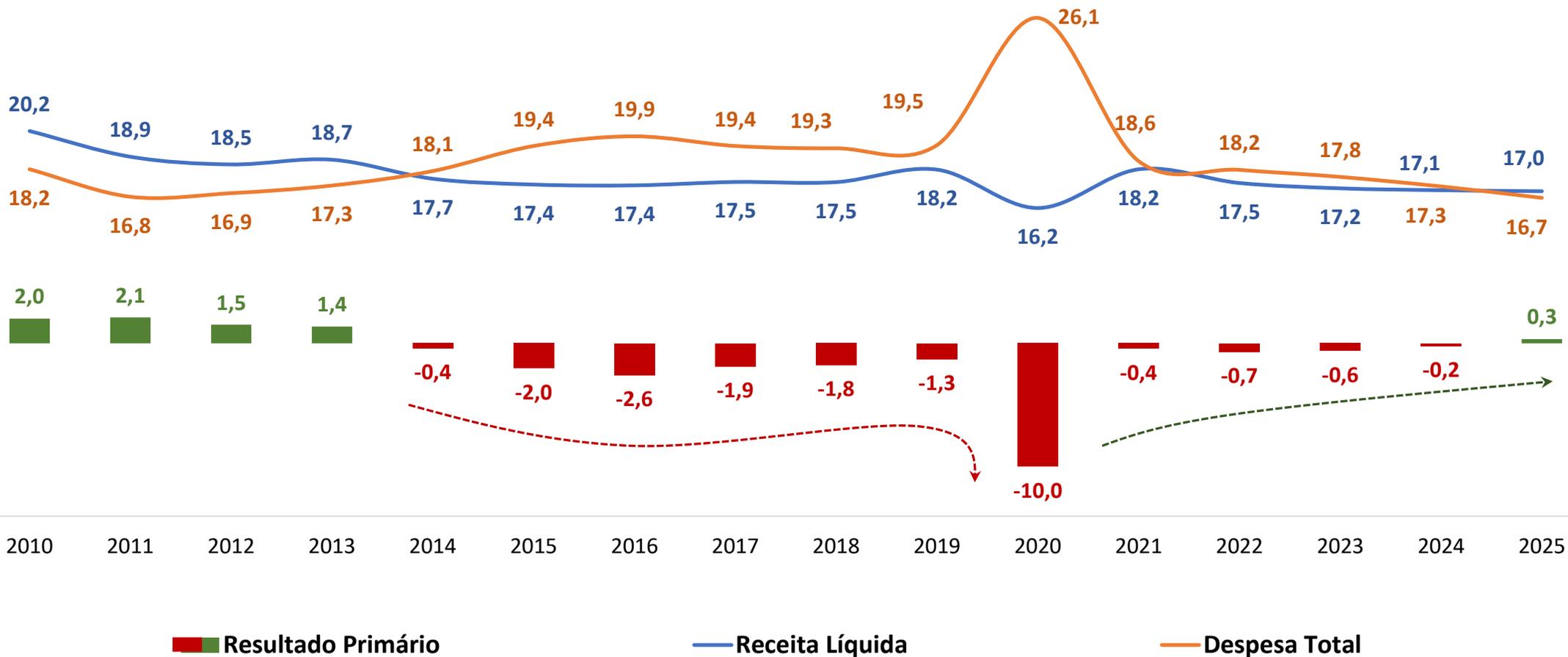


Fonte: BCB

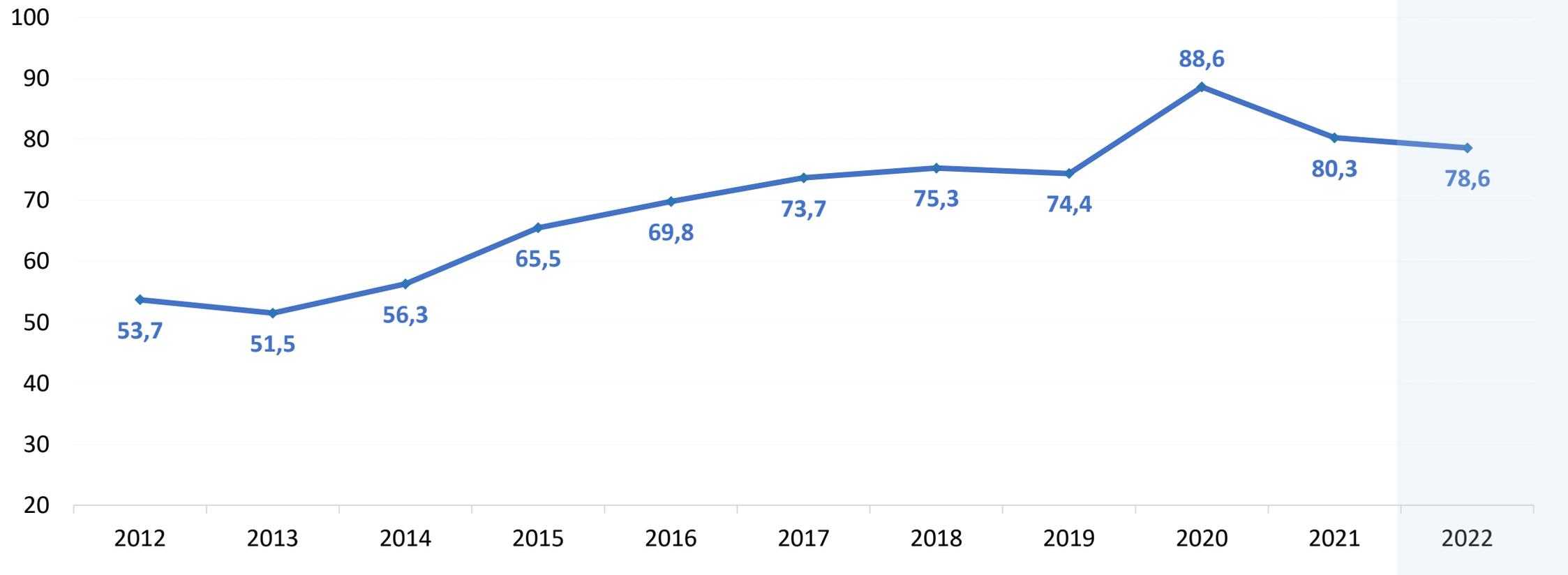
Crescimento Econômico – Índice de Commodities



Projeções de Resultado Primário, Receitas Líquidas e Despesa Total (% PIB)

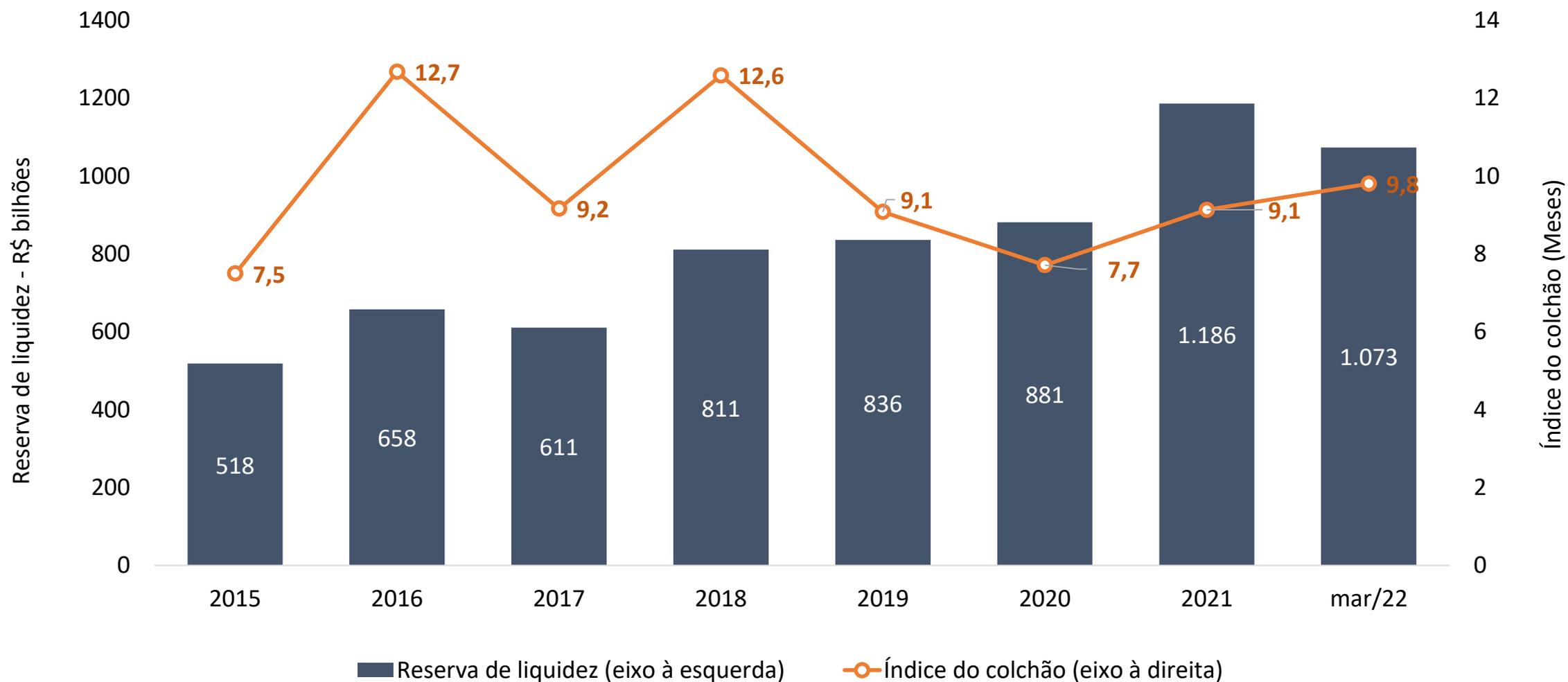


Projeção da Dívida Bruta do Governo Geral – DBGG (% PIB)



Fonte: Realizado, BCB. Projeções 2022: 2º Relatório Bimestral (mai/22).

Reserva de liquidez da dívida pública federal



Fonte: STN.

Agenda de reformas – em tramitação

- ✓ Reforma Tributária;
- ✓ Reforma Administrativa;
- ✓ PL 414/2021 - Marco Regulatório do Setor Elétrico;
- ✓ PL 591/2021 - Privatização dos Correios;
- ✓ PL 3.178/2019 - Mudança do regime de partilha para concessão;
- ✓ PL 7.063/2017 - Concessões e parcerias público-privadas;
- ✓ PL 3.729/2004 - Licenciamento Ambiental (aprovado na Câmara);
- ✓ PL 6.726/2016 – Combate a supersalários (aprovado na Câmara);

Novo Marco para as Finanças Públicas Brasileiras

✓ Regulamentação dos benefícios tributários, financeiros e creditícios:

Definição de critérios objetivos, metas de desempenho e procedimentos para sua concessão e alteração. Regras para avaliação periódica obrigatória dos impactos econômico-sociais (art. 4º, §4º da EC 109/21).

✓ Regulamentação do novo arcabouço fiscal focado na dívida (EC 109/21):

Sinergia entre as peças orçamentárias de todos os entes: indicadores de apuração e trajetória de convergência. Medidas de ajuste e planejamento de venda de ativos (arts. 163, VIII; 164-A; 165, §2º da CF).

✓ Regulamentação do Encontro de Contas (EC 113/2021):

Entre o setor privado e o setor público: pagamento de dívidas, outorgas, compra de imóveis, participações e direitos (art. 100, §11 da CF);

Entre entes federativos: pagamento de dívidas diversas (Ibid, §21).

✓ PLP 295/16 (Nova Lei das Finanças Públicas):

Modernização e aperfeiçoamento da Lei 4.320/64 para refletir novas operações e formas de atuação estatal.



TESOURO NACIONAL

Obrigado!